

DOI: <https://doi.org/10.21728/logeion.2016v3n1.pi-vii>

APRESENTAÇÃO

Quando o descoberto já não atinge o homem como objeto, mas, exclusivamente, como disponibilidade, quando, no domínio do não-objeto, o homem se reduz apenas a dispor da disponibilidade - então chegou à última beira do precipício, lá onde ele mesmo só se toma por disponibilidade. É justamente este homem assim ameaçado que se alardeia na figura do senhor da terra¹.
Martin Heidegger

O Grupo de Pesquisa “Filosofia e Política da Informação” do IBICT foi criado em 2009 para fortalecer os estudos da Filosofia da Informação na Ciência da Informação e desenvolver uma agenda de pesquisa de Filosofia da Informação, especialmente questões de filosofia prática como Ética e Política de Informação. Inicialmente o Grupo de Pesquisa foi criado e liderado em parceria pelos pesquisadores Maria Nélida Gonzalez de Gomez e Clóvis Montenegro de Lima. Hoje o pesquisador Aldo de Albuquerque Barreto substitui a Maria Nélida como co-líder.

O Grupo de Pesquisa do IBICT investiga no cenário contemporâneo os usos sociais da linguagem, especialmente suas mediações pelas tecnologias digitais de informação e comunicação. Assim, aborda de modo crítico as demandas contemporâneas, tais como a teoria da informação, o trabalho com informação, a ética nas organizações, a propriedade intelectual e as políticas de informação e comunicação.

No sentido de fomentar a apresentação de trabalhos e as discussões da sua agenda o Grupo de Pesquisa vem realizando desde 2010, os Colóquios Habermas, em parceria com outros Grupos de Pesquisa, como o Núcleo de Ética e Filosofia Política da UFSC e Democracia, Estado de direito e Cidadania da UFF, e instituições, como a Escola de Biblioteconomia da UNIRIO e a Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ANCIB.

A partir de 2014 o Grupo de Pesquisa passa a realizar, ao lado do Colóquio Habermas, os Colóquios de Filosofia da Informação. As questões em torno da informação, que se generaliza como elemento central de discursos científicos e não-científicos na segunda metade do século passado respondem pela proposta de realização do Colóquio. Qual o papel do

¹ HEIDEGGER, Martin. A essência da técnica. In: _____. **Ensaios e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 29.

conceito de informação na sociedade contemporânea? Em que medida é responsável por transformações que perpassam o “social”, o “cultural”, o “filosófico”, o “político” e o “educacional” como predicados para a reflexão e para as ações na contemporaneidade? Porque a informação se tornou um significativo portador de tantos significados em tão pouco tempo?

A partir de 2014 também surge a Revista Logeion - Filosofia da Informação, como publicação semestral. A publicação tem desde o início o mesmo Comitê Editorial: André Luiz Martins Lemos, da Universidade Federal da Bahia; Delamar José Volpato Dutra, da Universidade Federal de Santa Catarina; Flávio Beno Siebeneichler, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Harry Kunneman, Universidade de Estudos Humanísticos de Utrecht; José Augusto Chaves Guimaraes, da UNESP; Maria Nélide Gonzáles de Gómez, da Universidade Federal Fluminense; Marta Macedo Kerr Pinheiro, da Universidade Federal de Minas Gerais; Ralph Ings Bannell, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Rudolf Gerard Abel Kaulingfreks, da Universidade de Estudos Humanísticos de Utrecht; e Valéria Cristina Lopes Wilke, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Cabe destacar no desenvolvimento das atividades recentes do Grupo de Pesquisa Filosofia e Política da Informação a relação com o Grupo de Estudos Críticos das Organizações – KOIS da Universidade de Estudos Humanísticos de Utrecht. O intercâmbio de pesquisadores proporcionou a demarcação de um território emergente de investigação: os Estudos Humanísticos de Informação. Este tema está presente em artigos publicados nesta revista, bem como em dissertações e teses apresentadas e em desenvolvimento.

Chegamos ao terceiro ano da revista Logeion com a certeza de estarmos cumprindo a missão da revista de oferecer boa leitura. A Filosofia da Informação que a revista propõe não se reduz a uma Epistemologia que opera como metafísica da produção acadêmica, nem se refugia no território normativo de uma Ética que se não se envolve com os problemas práticos do cotidiano. Queremos ampliar e aprofundar o conceito de Filosofia da Informação e suas aplicações.

Os artigos deste número, direta ou indiretamente, ao indagarem sobre a informação e as tecnologias que a acompanham, colocam questão do humano. Diríamos o humano em risco de desaparecimento. É uma questão que fazer parte da própria proposta da revista, e de uma

preocupação em comum, um 'cuidado' que se dirige "[...] no sentido de reconduzir o homem novamente para sua essência"².

Anthony F. Beavers, da Universidade de Evansville (EUA), fala da gênese de um campo dentro da Filosofia que é a Filosofia da Informação, **em** diálogo com Luciano Floridi. Beavers realiza um mapeamento de questões que perpassam o informacional enquanto objeto de uma abordagem filosófica, e proposições sobre o informacional que só aparentemente são filosóficas.

Beavers destaca a ética da informação como importante ramo desta Filosofia, trazendo para reflexão o entendimento de Floridi da realidade como eco ambiente informacional, constituído por pessoas e objetos estruturados pela informação. Aí surge uma macroética que inclui os objetos e privilegia a análise sobre os efeitos das ações informacionais. O autor nos seus diálogos com Floridi leva a pensar que a inclusão do objeto, não como disponibilidade para uso, mas como algo pode ser empobrecido ou destruído por ações informacionais, abre também um caminho que pode nos reenviar à nossa humanidade.

O professor de Pós-Graduação em Educação da UNESA, **Jorge Atílio Silva Iulianelli**, busca em Habermas as vias para uma justiça distributiva intercultural. Habermas pensa uma democracia deliberativa entre diferentes que requer o reconhecimento que todos têm capacidade de aprendizagem nas interações sociais comunicativas.

Iulianelli dirige à Ciência da Informação a proposta de pensar as atuais redes tecnológicas de comunicação e informação no caminho desta democracia deliberativa, não tanto pelos propalados acesso e acessibilidade, mas por suas potencialidades de liberdade comunicativa e de facilitação da aprendizagem, cuja efetividade demanda reconhecermos de fato a capacidade humana de aprendizagem democrática.

Neste sentido, Iulianelli vê na concepção habermasiana de procedimento ético como aquele que tem em vista impedir ou reduzir o sofrimento. Nós indagamos: A justiça distributiva "entre humanos", no espaço informacional-tecnológico, pode-se estender à justiça para todos (incluindo não humanos)? Será que ao se colocar a questão ética dos objetos informacionais (coisa e informação da coisa) não se abriria uma via de aprendizagem em que se veja o agir estratégico como uso dos homens como uma disponibilidade?

² HEIDEGGER, Martin. Sobre o 'humanismo'. In: CIVITA, Victor (Ed.). **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 345-373. (Os Pensadores, XLV)
LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.i-vii, set. 2016 / fev. 2017

É no sentido do sofrimento e da exclusão ou, nos termos de Floridi, de ações entrópicas originadas de construções infodocumentais, que Azy Sanches Neto e Márcia Heloísa Tavares de Lima examinam prontuários médicos de 1953, em instituição psiquiátrica de Niterói, e que Fábio Assis Pinho e Francisco Arraes Nascimento analisam estereótipos do homossexualismo na produção cinematográfica brasileira. A análise informacional dos documentos nestas duas pesquisas não constitui um processo de representação da informação como cópia dos documentos, antes como produção de sentido na intersubjetividade que ao mesmo tempo destitui o humano de sua humanidade.

Azy Sanches Neto e Márcia Heloísa Tavares de Lima, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, não encontrando nos prontuários médicos de 1953 aspectos informativos sobre doenças e tratamentos dos internados em um hospital psiquiátrico de Niterói, passam a examiná-los enquanto materialidades recortadas de acontecimentos em um dispositivo de verdade médico-científico. A leitura e análise documentária identificam três facetas descritivas do contexto de produção documental: autoria da escrita sobre os internados (inclui o protagonismo da polícia na decisão de internação); o objeto da escrita (caracterizados por: estorvo, negro, perigoso, condutas exóticas), a faceta institucional (seu papel de validação dos procedimentos de exclusão dos 'loucos'). Indicam também a faceta mais ampla do necessário regime burocrático do documento na cristalização do poder.

O percurso se desdobra na reflexão sobre propostos conceito e teoria do documento (suas gênese e genealogia), apontando à necessidade de abertura do leque de facetas de análise do objeto documental. O artigo nos faz pensar que um conceito e teoria gerais do documento não substituem a análise documental, mas devem apontar facetas para análise, cuja efetividade só se realiza no exame de suas especificidades contextuais da produção.

Fábio Assis Pinho e Francisco Arraes Nascimento, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, examinam o discurso cinematográfico brasileiro que ao propõe modelos (dispositivo) das homossexualidades. A análise deste construto social, no âmbito da Organização da Informação, identifica nestes documentos fílmicos brasileiros, produzidos entre 1920 e 2014, um crescimento acelerado de filmes com personagens homossexuais, a partir de meados da 1960 e a declínio também acelerado a partir de meados de 1980.

É interessante perceber que este auge coincide com a ditadura militar no Brasil. A análise para Organização da Informação destes documentos de memória aponta o estereótipo: politicamente alienado, pobre, agressivo, subempregado e de gestual afetado, de forte apelo sexual e sem real afeto. Modelos de desvios da norma, a heterossexualidade, produzidos e colocados ao dispor, em vista de operacionalizar normas das práticas sociais. Um processo de colonização da memória onde, mais do que "imitar a vida", estas produções documentais são instrumentos na construção de expectativas, imagens e relações sociais desumanizadoras dos homossexuais. Os autores propõem caminhos para as análises documentárias no campo da Ciência da Informação, negando a neutralidade em vista de um compromisso com a verdade.

No mesmo caminho que indaga o humano em risco na atual dimensão informacional, Ronald Day, Marcelo Araújo e Cleyton Leandro Galvão colocam seu olhar nas para as relações do homem com as tecnologias de informação e comunicação.

Ronald Day, professor da Indiana University-Bloomington (EUA), considera ingênua a noção latouriana do discurso político como enunciado circular (refrão) que são retomados até tenderem a uma unificação que se levam a ações políticas concretas. Analisa a performance discursiva de Donald Trump veiculada pelas lógicas das mídias tradicionais e redes sociais. Se as "velhas" mídias jornalísticas acharam ações escolhidas e enquadradas (produções), apresentados como evidências (documentadas), e as "novas" mídias sociais são vistas como plurais e abertas às argumentações: o que acontece quando a velha mídia incorpora-se na esfera tecnológica da mídia social? A entrada do jornalismo na internet resulta num jornalismo de 24 horas, imediato e fragmentado (*posts*), onde a investigação só pode declinar, embora mantenham o antigo entendimento de que noticiam evidências.

Trump utiliza as mídias sociais no seu discurso político e as "velhas" técnicas jornalísticas, retomando em fragmentos (*posts*) sempre o mesmo tema, o que, para Day, é uma "má" versão do refrão do discurso político a que se refere Latour. Sua retórica, pontual e fragmentada, é de difícil combate para um jornalismo imediatista e não investigativo. Mídias sociais também têm fixação no imediato logo esquecido; permitem o uso de técnicas de mapeamento de informações, apontando seu sentido documentário. Entretanto apresentam potencialidades para formações políticas mais plurais e podem exercer influência na mudança das instituições.

O que ora vemos é o uso das ditas mídias sociais pelas velhas mídia e política, com o uso de técnicas documentárias em vista de controle social, de dispositivos estéticos e de

políticas de crenças e força que melhor lhes servirem. É interessante notar que Day coloca o promissor e o risco nas redes sociais. Isto é, o robustecimento ou o enfraquecimento do humano enquanto interação pela linguagem capaz de criar e construir um mundo em comum.

Marcelo Araújo, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, traz para a cena o uso de programas redatores de notícias jornalísticas e sua possibilidade de extensão a qualquer produção textual, que abrem questões sobre autoria (direitos e responsabilidades) e originalidade. Os algoritmos baseados em formas textuais estabelecidas e com capacidade de usarem dados estruturados para compor o texto, faz que estes novos redatores tragam mudanças potenciais e desafios na produção acadêmica.

Araújo nos mostra que o hoje inaceitável pode vir a se tornar de uso comum. Esta indagação emerge quando Philip Parker quer criar um programa para produzir uma tese de doutorado. Os programas baseados em modelos estatísticos de análise do discurso têm sido aplicados em usos variados e o desenvolvimento de programa com *datamining* e algoritmos capazes de realizar uma "leitura" ampla da literatura e de sugerirem hipóteses promissoras, é um caminho que mudará o que se entende por produção científica. Mas, quem será o autor da tese? Que critérios de avaliação se irão aplicar à sua originalidade e à competência do doutorando que a assina? Ora, o filósofo nos faz indagar se seremos dispensáveis naquilo que muitos consideram a característica do humano: pensar. Corremos risco, num mundo informacional e tecnológico de sermos dispensáveis?

Cleyton Leandro Galvão, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, realiza exame e crítica dos sentidos de virtual em Pierre Lévy que, em "O que é o virtual", o apresenta em oposição a atual e como constituído pelo *trívio*, na separação de elementos que podem ser combinados (gramática), substituição e referência realizada pela dialética e pela retórica que, ao fim, desamarra a entidade destas ordens e referências: desterritorializa, autonomiza. A retórica seria, assim, o lance essencial que retiraria a entidade de suas referência e ordem atuais, lançando-a numa virtualidade, com questões e tensões que se resolvem em novas atualizações.

Galvão observa que no ciberespaço o virtual desembaraça os entes do tempo e do espaço, oportunizando-os a diversas atualizações. Lévy avança sobre o conceito de informação como virtual e a oscilar no entendimento do virtual ora potência ora como informação. Galvão considera que Lévy torna o conceito de virtual tão amplo que o deixa carente de poder explicativo na análise de novas formas tecnológicas. Lévy ao colocar o

trívio, ao invés do digital como demiurgo do virtual, não percebe, para Galvão, que sem o digital o virtual é apenas informação em um suporte, perdendo aquelas características que buscava explicar.

Cabe fechar a apresentação deste número desta revista acadêmica falando claramente do mundo da vida em que estamos vivendo. A filosofia existe para tornar a vida melhor. A vida está ameaçada das mais diversas formas, em todos os lugares. A dignidade humana está obscurecida como valor fundamental das sociedades, em nome das regulações do poder e do dinheiro. Isto não é abstrato, e toma formas concretas monstruosas.

Não é apenas a mediação pelo direito que tem sido ameaçada, mas há também o não reconhecimento do outro, a intolerância e o ódio, como forma de negação absoluta da alteridade e da diferença. Isto para não falar de todas as restrições e as distorções para a comunicação, a expressão dos pontos de vista e os processos de argumentação. Quem trabalha com informação não pode se calar frente este cenário que ameaça o humano e a constituição do tecido social.